

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

O BINÔMNIO ESPAÇO-AMBIENTE NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPACIAIS

Marilia Steinberger (UnB)

O Binômio Espaço-Ambiente no âmbito das Políticas Públicas Espaciais

Resumo

A discussão ora proposta situa-se no âmbito da problemática de inserção do espaço nas políticas públicas nacionais aqui denominadas de “políticas espaciais” - ambiental, territorial, regional, urbana e rural. Parte-se do princípio que tais políticas têm em comum o fato de o espaço ser seu substrato, motivo pelo qual constituem um conjunto específico e não devem ser concebidas isoladamente. Assim, considera-se que os adjetivos ambiental, territorial, regional, urbano e rural são qualidades do seu substantivo que é o espaço. Tomando por base a teoria espacial de Milton Santos, realiza-se uma reflexão teórica para mostrar como as noções de ambiental, territorial, regional, urbano e rural têm o espaço como elo. Supõe-se que a existência desse elo teórico signifique que políticas formuladas sobre essas noções também tenham um elo. Esse enfoque é apresentado em duas seções. Uma primeira que discute o conceito de espaço e uma segunda que aborda a relação espaço-ambiente.

O Binômio Espaço-Ambiente no âmbito das Políticas Públicas Espaciais

Introdução

O tema políticas públicas esteve sempre associado ao planejamento e ao Estado Nacional durante boa parte do século XX. Entretanto, a dizer pela farta literatura produzida a partir dos anos 1980, por autores "globalistas" e "localistas", o Estado Nacional entrou em agonia em quase todo mundo ocidental. Paralelamente, literatura não menos farta tem sido produzida pelos defensores da sua prerrogativa histórica de conduzir o rumo das nações.

Nesse embate, nos meios acadêmicos do Brasil, discute-se a perda de importância do Estado, do planejamento e das políticas públicas nacionais explicadas como conseqüências da globalização e do neoliberalismo. Apesar disso, desde os primeiros anos deste século assiste-se à retomada da formulação dessas políticas em novas bases e sob o comando do Estado Nacional. Novas porque o Estado não pode mais desconhecer a existência de poderes plurais, sejam os federativos ou dos interesses contra-hegemônicos de novos sujeitos sociais surgidos nos movimentos populares urbanos e rurais. O planejamento não pode mais ser normativo e tecnocrático. As políticas públicas não podem mais definir metas e recursos para sujeitos tomados como público-alvo, como se não tivessem projetos próprios. Enfim, há um esforço de se adotar um planejamento compartilhado entre o Estado e a Sociedade, por meio da construção de pactos e compromissos enunciados em políticas públicas nacionais.

Tal esforço enseja explorar a idéia de que pactos e compromissos envolvem interesses espacialmente referidos de agentes sociais. Enseja discutir a problemática da inserção do espaço nas políticas públicas nacionais, em especial nas aqui denominadas "políticas espaciais", foco desse trabalho.

Problemática que não é nova. Há mais de 20 anos foi percebida por pesquisadores governamentais ao observarem que apesar das ações de políticas públicas acontecerem no espaço, ele era pouco considerado ou desconsiderado. Para cobrir esta lacuna dedicaram-se a fazer exercícios sobre o rebatimento das políticas no espaço. Conhecidos como espacialização e regionalização de políticas, tais exercícios foram largamente utilizados, nas décadas de 1980 e 1990, período marcado pela perda de importância das políticas públicas nacionais. Embora tenham representado um avanço por inserir o espaço nas políticas públicas, são cada vez mais questionados por confundir o espaço com o endereço das ações, reduzindo-o ao palco de intervenção, ou seja, a um receptáculo inerte e passivo. Essa abordagem restrita do espaço tem sido adotada em várias políticas públicas nomeadas, na voz corrente, como econômicas,

sociais e setoriais. Assim, não se reconhece a especificidade de um conjunto de políticas, constituído pela ambiental, territorial, regional, urbana e rural, que são espacialmente fundamentadas, isto é, tem em comum o fato de o espaço ser seu substrato. Não se reconhece que nessas políticas os adjetivos ambiental, territorial, regional, urbano e rural são qualidades do seu substantivo que é o espaço. Por essa razão, com freqüência, elas são rotuladas como setoriais e sociais quando são essencialmente políticas espaciais nas quais, em tese, o espaço teria um sentido que vai além do espaço-palco.

Entre as conseqüências desse viés, no Brasil, instaurou-se a segmentação do espaço nas políticas nacionais de caráter espacial formuladas nas décadas de 1960, 1970 e 1980, interrompidas nos anos 1990 e só retomadas recentemente, o que justifica a presente discussão. Essa constatação constitui o mote de se buscar aqui um arcabouço teórico para embasar uma abordagem na qual as noções de ambiental, territorial, regional, urbano e rural possam ter um entendimento conjunto. Isso não significa entrar no mérito das políticas formuladas, mas investigar o elo do conceito de espaço com essas noções. Para tanto, em contraposição à abordagem restrita do espaço, aqui se parte do pressuposto de que o espaço não é inerte e muito menos passivo. Ao contrário, tem um poder de determinação sobre ações que ocorrem em contextos historicamente configurados, motivo por que os mencionados pactos e compromissos possuem uma dimensão espacial.

Esse enfoque da problemática da inserção do espaço em políticas públicas espaciais será apresentado em duas seções. Começa com a discussão sobre o conceito de espaço, aqui entendido como berço do território e do ambiente. Essa discussão abre passagem para a seguinte que trata o binômio espaço-ambiente e espaço-território.

O espaço como berço do território e do ambiente

Londres, 1995. Dahrendorf (1997) profere uma conferência intitulada *Para onde vão as ciências sociais?* Lança mão da metáfora de janelas dando para a mesma paisagem, seja ela urbana ou rural, para lembrar que os primeiros cientistas sociais não tinham dúvidas quanto a possuir um único objeto de estudo. Lembra também que a pluralidade de ciências sociais surgidas a partir de recortes daquela paisagem levou à perda da sua unidade. Rechaça a pesquisa interdisciplinar como remédio da moda, pois a questão é: como reabrir as ciências sociais para novos horizontes? Sugere que os novos horizontes estão em disciplinas que, ao utilizar o arsenal criado pelas demais, enriquecem a compreensão do habitat social.

Quando, na segunda metade dos anos 1970, Milton Santos começa a publicar no Brasil seus achados sobre o conceito de espaço traz junto Alfred Whitehead, Émile Durkheim, Jean Paul Sartre e Karl Marx, só para citar alguns pensadores mais conhecidos dentre os vários em

que se apóia. Nesses achados, promove um encontro do arsenal de conhecimento da Geografia com outras disciplinas. O espaço, protagonista desse encontro, é a chave que permitirá mostrar porque as políticas adjetivadas de ambiental, territorial, regional, urbana e rural são espacialmente fundamentadas. Mostrar também porque elas constituem um conjunto e não devem ser concebidas separadamente. Entretanto, dizer que o espaço é a chave para investigar essas questões não é suficiente, pois a ele têm sido atribuídas inúmeras acepções.

A acepção de espaço proposta por Milton Santos será adotada como fio condutor da presente discussão. O motivo dessa escolha é que o autor, ao construir uma teoria sobre o espaço, como produtor e produto da ação na sociedade, indiretamente, trabalha o tema políticas públicas. Além disso, o Estado Nacional e o planejamento merecem reflexões constantes na sua obra que contou com algumas contribuições anteriores.

De fato, desde o início dos anos 1960 e 1970, Henri Lefebvre, Manuel Castells e David Harvey haviam discutido a relação do espaço com a sociedade. Apesar da relevância de seus escritos, uma característica os distingue de Milton Santos: o foco de suas primeiras análises era, respectivamente, o mundo rural, o espaço urbano e a cidade, e não o espaço como uma categoria permanente e histórica. Mesmo antes, na década de 1950, Max Sorre e Pierre George já discutiam a relação entre espaço e sociedade. Vale registrar que, em 1974, Lefebvre amplia esse foco ao construir uma teoria geral do espaço.

O poder de determinação do espaço e a formação sócio-espacial

Ao ler a obra de Milton Santos como um todo é possível perceber que em um pequeno texto de 1977 já está posta a essência da sua teoria espacial. Afirma que o espaço humano é um fato histórico, pois “a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.” Afirma também que “Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a natureza como uma natureza transformada” (SANTOS, 1977, p.3). A clássica noção de formação econômica e social, referida às sociedades concretas e específicas, é o cimento da sua argumentação. Ao expor como o espaço está impregnado na história da sociedade e da natureza de cada formação econômica e social, o autor lança os alicerces para demonstrar o poder de determinação do espaço. Poder que o leva a propor a ampliação da categoria formação econômica e social para formação econômica, social e espacial ou, abreviadamente, formação sócio-espacial. Segundo ele essa categoria era a mais adequada para auxiliar na formulação de uma teoria válida para o espaço. Daí sua pergunta: é possível falar de formação econômica e social sem incluir o espaço? A questão final desse texto resume o eixo seguido na linha de pensamento do autor: como pudemos esquecer por tanto tempo a inseparabilidade entre sociedade e espaço?

O aprofundamento dessa inseparabilidade corresponde, no ano seguinte, a novos achados sobre o poder de determinação do espaço, quando mostra que o espaço como fato histórico realiza uma dupla e simultânea função: produtor e produto. Que a base desse entendimento vem da produção, isto é, do trabalho do homem para transformar a natureza. Daí a sua definição de espaço geográfico como “[...] natureza modificada pelo homem através do seu trabalho. A concepção de uma natureza natural, onde o homem não existisse, cede lugar à idéia de uma construção permanente da natureza artificial ou social” (SANTOS, 1978, p.119). Essa definição permite fazer uma primeira indagação: *as noções de ambiental, territorial, regional, urbano e rural podem ser traduzidas como manifestações espaciais da natureza artificial ou social?*

Para respondê-la é preciso conhecer algumas idéias do autor sobre a produção do espaço no tempo. Na mesma publicação diz que “produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis”, ou seja, “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (SANTOS, 1978, p.163). Essa assertiva vai de encontro ao pensamento de Lefebvre (1974, p.152-3) de que “as relações sociais de produção só tem existência social na medida em que existam espacialmente; elas se projetam no espaço, inscrevem-se no espaço enquanto o produzem. Senão, elas seriam abstrações puras.” Mas ele assevera:

O espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele envolve as coisas produzidas, ele compreende suas relações [...] Ele é o resultado de um conjunto de operações [...] Efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe (idem, p.88-9, tradução nossa).

A referência às ações passadas, mas também à permissão, sugestão e proibição de ações, deixa nas entrelinhas que essas estão ligadas ao presente. Nesse sentido, ainda em 1978, Milton Santos fala sobre o elo passado-presente. Mostra que tal elo existe porque o espaço é social e, portanto, “sua tendência é mudar com o processo histórico” (SANTOS, 1978, p.120). Com isso, o autor acrescenta que o espaço é um conjunto de formas representativas de uma estrutura de relações sociais que se manifestam através de processos e funções e é o testemunho de uma história escrita no passado e no presente. Testemunho que o leva a cunhar os termos rugosidade e inércia dinâmica. Diz ainda que sem levar em conta a dimensão temporal é difícil conceber o espaço em permanente evolução e, anos mais tarde, explicita que o tempo é uma das noções fundadoras do espaço. Citando Whitehead, afirma que “o presente contém um apetite para um futuro não realizado” (SANTOS, 1996, p.97).

O entendimento de espaço como um conjunto de formas e a trilogia passado-presente-futuro trazem duas novas indagações: *As noções de ambiental, territorial, regional, urbano e*

rural podem ser traduzidas como formas espaciais produzidas e reproduzidas ao longo do tempo passado, presente e futuro? Serão elas formas de mesma espécie?

O assunto central de um dos primeiros livros de Harvey é a relação entre forma espacial e processo social. Considera que “as formas espaciais não são objetos inanimados dentro dos quais o processo social se desenvolve”, ou seja, “as formas espaciais contém os processos sociais, do mesmo modo que os processos sociais são espaciais” (HARVEY, 1980, p.2-3). Depreende-se que, para ele, as formas espaciais são objetos ativos nos processos sociais.

No já citado texto de 1977, Milton Santos diz que as formas espaciais exercem o papel de atrizes em cada momento histórico de uma formação sócio-espacial. Explica que esse papel está ligado não só ao valor dos objetos geográficos enquanto herança de um modo de produção passado, mas ao valor atual destes objetos como conteúdo novo e real, atribuído pelas formas, em um modo de produção presente, “porém como forma-conteúdo” (SANTOS, 1977, p.10). Tal explicação permite entender que as formas espaciais são formas-conteúdo porque os objetos geográficos que as representam ganham valor ao longo do tempo histórico.

A elaboração mais detalhada do termo forma-conteúdo vem em 1985 ao dizer que “a essência social do espaço está nele ser constituído, de um lado, por objetos geográficos naturais e artificiais, distribuídos sobre um território, cujo conjunto nos dá a Natureza, e, de outro lado, por processos sociais que dão vida a esses objetos”. Esses processos se realizam não apenas através das formas, mas das formas-conteúdo que “terminam por adquirir uma expressão territorial” (SANTOS, 1985, p.1-2).

Ora, se os processos sociais que dão vida aos objetos geográficos se realizam por meio de formas-conteúdo expressas territorialmente, então é possível começar a responder às indagações anteriores, dizendo que a noção de territorial pode ser traduzida como manifestação da natureza artificial ou social e como forma espacial. Entretanto, territorial é mais do que isso. É forma-conteúdo e é natureza, pois é expressão do conjunto de objetos geográficos artificiais e naturais. Analogamente, poderia se dizer o mesmo sobre a noção de ambiental, ainda com base em Milton Santos que se refere à “artificialização do meio ambiente”. (SANTOS, 1994, p.32) como resultado de processos sociais de apropriação de objetos geográficos naturais que gera objetos geográficos artificiais. Assim, *caberia admitir que tais processos se realizam por meio de formas-conteúdo e terminam por adquirir uma expressão ambiental.*

O termo forma-conteúdo possibilita também entender as noções de regional, urbano e rural como formas espaciais e manifestações da natureza artificial ou social. Na discussão

sobre região, elaborada ainda em 1985, o autor observa que a internacionalização do capital produtivo mostra a debilidade do entendimento convencional da mesma porque sua lógica obedece cada vez mais a uma rede de relações sociais provenientes de uma dinâmica global. Contudo, essas relações incidem sobre “formas espaciais envelhecidas”, que interagem com novas formas. Para ele, “o regional seria dado exatamente por tais formas, consideradas, porém, como formas-conteúdo e não como formas vazias” (SANTOS, 1985, p.67). Na mesma publicação, afirma que na fase atual do capitalismo todos os espaços são espaços de produção e consumo, pois a economia ocupa todo o espaço produtivo, urbano ou rural. Constata uma “mudança de conteúdo nos espaços designados como urbano e rural” em decorrência da penetração capitalista no campo que “cria novos objetos geográficos e novas formas espaciais”. Assim, é possível supor que as noções de urbano e rural podem ser traduzidas como formas-conteúdo. Como tal, são representadas por objetos geográficos naturais e artificiais distribuídos sobre um território e são manifestações de natureza natural e artificial ou social.

O reconhecimento de que as cinco noções aqui problematizadas são formas-conteúdo e manifestações de natureza natural e artificial, por um lado implica que todas estão ligadas ao espaço. Mas, por outro lado não implica que sejam de mesma espécie. Ao contrário, presume-se que há uma pluralidade de conteúdos e de naturezas. De fato, Milton Santos declara: “o espaço é um misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdo” (SANTOS, 1996, p.35). Cabe então uma nova indagação: *Por que o espaço as mantém unidas?*

Recorrendo outra vez às contribuições de Harvey, ao analisar a cidade, vale lembrar que ele discute o espaço absoluto, o espaço relativo e, insatisfeito, inventa o termo “espaço relacional”. Define-o como “espaço contido em objetos, no sentido em que um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos” Além disso, considera que a cidade é um espaço relacional criado, cujo sentido é dado pela prática humana (HARVEY, 1980, p.4). Esses dois achados levam a formular mais uma indagação: *As noções de ambiental e territorial, regional, urbano e rural, embora de espécies distintas, constituem um espaço relacional mediado pelas ações da prática humana?*

O espaço como totalidade e a formação sócio-espacial como sua totalidade realizadora

Uma frase de Milton Santos é emblemática da discussão realizada até o momento: a história da produção e do espaço humano são “uma história só, a da sociedade global” (SANTOS, 1978, p.196). Essa assertiva abre caminho para um novo patamar no seu pensamento. Permite apreender o espaço como espaço global inserido na sociedade global. Apreender que esse corresponde ao espaço total inserido na sociedade total.

A sociedade global e o espaço global se transformam através do tempo, num movimento que, embora interessando igualmente as diversas *frações da sociedade e do espaço*, é o resultado da *interação entre sociedade global e espaço global e de suas diversas frações*. (idem, p.167, grifos nossos)

Entretanto, o autor não chega a esse achado sem lamentar o que chama de “espaço pulverizado”, equivalente a tomar pedaços isolados do espaço para estudar. Lamento compartilhado com Slater a quem faz referência por já em 1975 ressaltar que:

[...] a crença da impossibilidade teórica e prática de compreender e explicar a totalidade da realidade social ocasiona um conhecimento fragmentário, que torna mais distante a possibilidade de uma visão globalizante, uma vez que o objeto de análise é cada dia mais estreito e subdividido (idem, p.91).

Esse patamar teórico é de suma importância para a presente discussão, pois a pulverização do espaço é uma das raízes da dificuldade de reconhecer políticas espacialmente fundamentadas. Ao mostrar a interação entre sociedade global e espaço global, ou seja, entre sociedade total e espaço total e suas diversas frações, o autor nos oferece um primeiro argumento para considerar o espaço como traço de união entre essas políticas. Mas o elo não é simplesmente o espaço e sim o espaço como totalidade. Respondendo a uma das indagações ainda em aberto: o espaço une as noções de ambiental, territorial, regional, urbano e rural porque é uma totalidade. Essa resposta leva à necessidade de compreender a totalidade no que se refere à sua divisão em partes e à sua realização por meio da formação sócio-espacial.

Sobre a divisão, Lefebvre (1980), desde 1962, admite a intangibilidade da noção de totalidade por ser uma abstração, razão pela qual aponta a necessidade de conhecer a existência de suas partes, o que não significa ignorar suas relações com o todo. Milton Santos concorda com essa afirmação ao reconhecer que a noção de totalidade sempre foi confusa, a menos que sua divisão em partes esteja presente.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo. [...] *O espaço, como realidade é uno e total*. É por isso que a sociedade como um todo atribui, a cada um dos seus movimentos, um valor diferente a cada *fração do território* e que cada ponto do espaço é solidário aos demais, em todos os momentos. A isso se chama a totalidade do espaço (SANTOS, 1985, p.5, 64, grifos nossos).

Em 1996 aprofunda essa explicação, ao dizer que:

[...] a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que a formam não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes. [...] *A totalidade está sempre em movimento*, num incessante processo de totalização, nos diz Sartre. [...] Tal evolução retrata o movimento permanente que interessa a análise geográfica: a totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial e a totalização que se está fazendo, significada pelo que chamamos de espaço. [...] o movimento da totalidade permite entendê-la, num primeiro momento, como uma integral e, num segundo momento, como uma diferencial. Enquanto integral, a totalidade é vista como algo uno e em abstrato. *Enquanto diferencial, ela é apreciada em suas manifestações particulares, isto é, em concreto*. A totalidade é, ao mesmo tempo, o real-abstrato e o real-concreto. *Só se torna existência, só se realiza completamente, através das formas sociais, incluindo as geográficas. Tornada forma-conteúdo pela presença da ação, a forma torna-se capaz de influenciar, de volta, o desenvolvimento da totalidade* [...] (SANTOS, 1996, p. 93, 96, 98, 101, grifos nossos).

Essas explicações refinam o entendimento do espaço não só como uma totalidade constituída por partes, mas como uma totalidade em movimento. Permitem entender frações como partes inter-relacionadas do espaço total, ou seja, entender que o espaço total é relacional. Encontrar as frações é encontrar as diferenciais da integral, quer dizer, o real-concreto no âmbito da totalidade do espaço, como já falava o autor em 1981 (1988 c, p.135). Real-concreto percebido através das formas que se tornam formas-conteúdo pelas ações.

Complementando reflexões anteriores, quando se traduziu as noções de ambiental, territorial, regional, urbano e rural como formas-conteúdo e manifestações de natureza natural e artificial, agora cabe acrescentar que elas representam manifestações do real-concreto da totalidade. São as diferenciais da integral. São partes do espaço total que é relacional. Portanto, constituem um espaço relacional mediado pelas ações da prática humana. Essas deduções respondem à última pergunta, mas trazem outra: *Ambiental, territorial, regional, urbano e rural, enquanto partes do espaço total que é relacional, são frações?*

Levando em conta que Milton Santos refere-se a frações do espaço e a frações do território, depreende-se que território não é uma fração. Além disso, conforme antes visto, se o espaço é sinônimo de natureza e o território é natureza natural e artificial, então o meio ambiente, entendido pelo autor como “meio ambiente construído”, onde “o artifício tende a se sobrepor e substituir a natureza” (SANTOS, 1994, p.73) (natural), também não é uma fração. Com isso, começa-se a diferenciar as noções de territorial e ambiental das demais.

A diferença já estava presente quando, na discussão de forma-conteúdo, se disse que territorial e ambiental são expressões do conjunto de objetos geográficos naturais e artificiais - expressão territorial e expressão ambiental. Resta verificar se essa característica de expressar conjunto é suficiente para estabelecer a diferença entre territorial e ambiental, e regional, urbano e rural. Nesse sentido, Milton Santos apresenta uma outra faceta da idéia de forma-conteúdo: “uma forma que, por ter um conteúdo, realiza a sociedade de uma maneira particularizada que se deve à forma” (SANTOS, 1999, p.16). A partir daí, sugere a necessidade de rever noções como a de região e deixa nas entrelinhas que essas representariam formas-conteúdo particulares. Assim, pode-se inferir que há formas-conteúdo gerais e particulares e, assim, considerar ambiental e territorial como formas-conteúdo gerais, e regional, urbano e rural como formas-conteúdo particulares.

Tal inferência reforça a idéia de que territorial e ambiental não são frações do espaço e, portanto, são noções mais abrangentes que podem ser entendidas como: expressões maiores da totalidade do espaço porque formas-conteúdo gerais, isto é, expressões do conjunto de objetos geográficos, motivo pelo qual advoga-se que o espaço é o berço do território e do

ambiente. Por outro lado, deixa subentendido que regional, urbano e rural são frações do espaço e, portanto, noções mais específicas porque referentes às formas-contéudos particulares. Por essa razão pode-se falar em espaço regional, espaço urbano e espaço rural.

Essa reflexão responde à questão antes formulada, mas deixa uma inquietação sobre o que são frações do território. Tal inquietação leva a explorar a idéia de totalidade das formações sócio-espaciais, retornando aos achados de Milton Santos em 1978. Para ele, a totalidade do espaço é uma abstração que não pode realizar-se senão por meio de uma outra totalidade, a da formação econômica e social de cada sociedade e do seu respectivo espaço, ou seja, a da formação sócio-espacial, como “realidade historicamente determinada, fundada sobre uma base territorial” (SANTOS, 1978, p.193).

Das citações precedentes depreende-se que cada formação sócio-espacial enquanto totalidade realizadora se divide em partes que são frações do espaço. Paralelamente, sendo o território a base da totalidade da formação sócio-espacial de cada sociedade, é possível supor que ele também se divide em partes, que são frações territoriais. Assim, de fato, há frações do espaço e frações do território. Em continuidade a raciocínios anteriores, essa suposição permite questionar se a essa base territorial corresponde uma base ambiental e leva a indagar: *Territorial e ambiental são noções equivalentes?*

O binômio espaço-meio ambiente

Até aqui as noções de territorial e ambiental foram apresentadas como equivalentes. Ambas foram traduzidas como manifestações de natureza artificial ou social e como formas-contéudo pelo mesmo motivo - por serem expressões espaciais do conjunto de objetos geográficos naturais e artificiais. Ambas foram consideradas mais abrangentes do que as noções de regional, urbano e rural também pelo mesmo motivo - por serem formas-contéudos gerais, o que levou a entendê-las como expressões maiores da totalidade do espaço. Portanto, nada que caracterize a sua diferença foi mostrado. Há, inclusive, controvérsias sobre tal diferença. Alguns pesquisadores ponderam que não existe ambiental que seja a-territorial, razão pela qual falam em sobreposição entre os dois termos. Outros defendem que a noção de ambiental possui um sentido próprio e não deve ser confundida com a de territorial. Argumentam que a relação homem-natureza constitui a chave da diferença.

Embora tais controvérsias não possam ser ignoradas, elas escondem uma polêmica equivocada porque, conforme visto, espaço é natureza, território é natureza e meio ambiente também é natureza. Isso não significa que espaço = território = meio ambiente, mas sim que a natureza, entendida como segunda natureza, é uma categoria que une os três. Nesse sentido, se por um lado a relação homem-natureza por si só não caracteriza a diferença entre territorial

e ambiental, por outro lado não evidencia sua sobreposição. Ora, se a chave da diferença não é a relação homem-natureza por si só, é preciso investigar o que há de singular na noção de ambiental para se dizer que ela existe ou não independente da noção de territorial, indagando: *Qual a singularidade da noção de ambiental enquanto forma-conteúdo?*

Tal investigação começa com o reconhecimento de que meio ambiente é um termo contemporâneo. Surgiu com muita força nos anos 1970 devido à preocupação com o acúmulo de maus tratos do homem à natureza durante milênios. Assim, não se pode compreender o meio ambiente fora de contextos históricos que geram não uma relação homem-natureza única e difusa, mas uma pluralidade de relações homem-natureza. Ele resulta dessas relações.

O espaço como chave para quebrar o dualismo homem-natureza

Martins, lendo Lefebvre relata que ele parte do núcleo explicativo do processo histórico, a relação homem-natureza, para mostrar que, na *práxis*, há um desencontro entre o homem produtor e divorciado da sua própria história.

[...] o homem age sobre a natureza na atividade social de atender suas necessidades. Constrói relações sociais e concepções, idéias, interpretações que dão sentido àquilo que faz e àquilo de que carece. Reproduz, mas também produz – isto é, modifica, revoluciona – a sociedade, base de sua atuação sobre a natureza, inclusive a própria natureza (MARTINS, 1996, p.19).

Na mesma linha, Milton Santos declara que ao se aceitar a formação sócio-espacial como categoria, é possível aceitar “o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza” (SANTOS, 1977, p.4), pois o espaço é social e é natureza. A tese sobre esse erro fica evidente quando ele ressalta que os atributos naturais do espaço não são permanentes e, assim como os atributos não-naturais, os dois são destinados a mudar pelo trabalho do homem. A importância dessa tese está em admitir que a interpretação dualista das relações homem-natureza, ainda em voga, é outra raiz da dificuldade de se reconhecer políticas espacialmente fundamentadas. Ao dizer que o espaço é social e é natureza, o autor quebra esse dualismo e oferece um segundo argumento para considerá-lo como traço de união entre essas políticas.

Vários outros autores têm combatido tal dualismo. Entre eles, Smith (1988), Bornheim (1991) e Serres (1994) são reconhecidos por propugnarem a integração do homem com a natureza. Entretanto, a ausência do espaço no seu trabalho leva a considerá-los como exemplos de que mesmo quem busca a integração homem-natureza não vê o espaço no cerne dessa integração. Curiosamente, é Whitehead ao elucidar o conceito de natureza no âmbito da filosofia da ciência natural, quem introduz, ainda em 1919, a discussão de como espaço (e o tempo) contribui para unificar a concepção de natureza pela percepção dos sentidos e não pela

idéia de natureza fruto da mente. Para ele, as coisas observadas na natureza são eventos de uma relação que denomina de “extensão” ou de “estender-se por sobre” - uma “relação de inclusão”, em um sentido espacial, temporal ou em ambos” (WHITEHEAD, 1994, p.217-8). Esse pensamento respalda a idéia de Milton Santos de que o espaço não só é social, mas é natureza. Repõe o papel do espaço como chave para quebrar o dualismo homem-natureza. Conduz a uma reflexão que concilia historicamente espaço, natureza e território, por meio da técnica, e insere o meio ambiente nesse contexto.

A relação espaço-meio ambiente mediada pelo território

Ao longo de sua obra, Milton Santos quase não utiliza o termo meio ambiente. Além das citações apresentadas há muito pouco. Encontrou-se apenas um texto dedicado ao meio ambiente, onde assevera - “não existe meio-ambiente diferente de meio”. Diz textualmente: “O que hoje se chamam de agravos ao meio-ambiente, na realidade não são outra coisa senão agravos ao meio de vida do homem” (SANTOS, 1995, p.697). Refere-se continuamente ao meio – meio ecológico, meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional.

Em 1985, ao considerar o meio ecológico como um dos elementos do espaço enquanto sistema, embora ressaltando não se tratar da natureza selvagem, define-o como “o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano” (SANTOS, 1985, p.6). Para introduzir as idéias de meio natural, de meio técnico e de meio técnico-científico-informacional, fases da história do meio geográfico, sempre fala sobre a natureza. Na mesma publicação, afirma que nas comunidades primitivas o território era da produção, distribuição, consumo e circulação dos produtos. Posteriormente, explica que é possível identificar três fases na relação entre a sociedade e o meio: a do meio natural quando a natureza constituía a base material da vida; a do meio técnico iniciada no fim do século XVIII com a mecanização do território; e a atual, do meio técnico-científico, cujo marco é o fim da Segunda Guerra Mundial, quando “o território vai se mostrando, a cada dia que passa, com um conteúdo maior em ciência, em tecnologia e em informação” (SANTOS, 1988a, p.58). Em outra obra, desse mesmo ano, diz que há uma crescente humanização da natureza, mas o progresso técnico não elimina a ação da natureza, pois “estamos diante de um novo sistema de natureza” (SANTOS, 1988b, p.92). Sistema que se concretiza na fase do meio técnico-científico-informacional, traz a possibilidade de inventar a natureza e provoca a remodelação da organização do território (SANTOS, 1993). A seguir, destaca que nessa fase a natureza continua una, mas é “socialmente fragmentada” em benefício de firmas, Estados e classes hegemônicas. Assim, “o homem se afasta em definitivo da possibilidade de relações totalizantes com o seu próprio quinhão de território” (SANTOS, 1994, p.19). Ao discorrer sobre a comunicação do homem

com a natureza ele protesta: quando o meio-ambiente, como Natureza-Espetáculo, substitui a Natureza Histórica, lugar de trabalho de todos os homens, a natureza é apresentada em frangalhos. Ora, se a Natureza Histórica é o eixo das relações homem-natureza, base do debate ambiental no presente, então o espaço ocupa o centro desse debate, pois ganha uma dimensão jamais antes obtida.

[...] o espaço pode ser entrevisto através da tecnosfera e da psicofera que, juntas, formam o meio técnico-científico. A *tecnosfera* é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo. A psicofera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo (idem, p.32, grifo nosso).

Mais ainda, segundo o autor “a natureza e o espaço se redefinem a partir da evolução técnica cuja periodização pode servir de base ao reconhecimento de uma história territorial” (SANTOS, 1995, p.697) que vai até a fase atual, quando a problemática do meio ambiente se impõe. Sugere que a análise histórica da questão ambiental, do ponto de vista da tecnosfera, considere a hibridiz da técnica - material e social, por meio de uma equação que inclui: os “sistemas técnicos adicionados à Natureza, as motivações de uso da Natureza e a indiferença dos sistemas técnicos com o meio natural e com o meio social” (idem, p.698). Tal equação está ligada a uma constatação de 1996 quando se refere à progressiva quebra da harmonia sócio-espacial estabelecida, no passado, por uma sociedade territorial que adotava comportamentos de preservação e continuidade do meio de vida. Menciona o pousio, a rotação de terras e a agricultura itinerante como “regras sociais e regras territoriais que conciliavam o uso e a conservação da natureza” (SANTOS, 1996, p.188).

Esse conjunto de citações de Milton Santos sobre as relações homem-natureza, à luz do meio, permite observar que a noção de territorial sempre aparece como pano de fundo. Portanto, o território, ao lado do espaço e da natureza, é uma presença constante na sua análise histórica das três fases das relações sociedade-meio, ao passo que o meio ambiente surge apenas na fase atual. Isso não quer dizer que o meio ambiente não possa ser analisado em termos históricos. Quer dizer que sua análise histórica passa pelo território, ou seja, uma análise ambiental pressupõe uma análise territorial. Esta idéia está ligada ao entendimento de que o espaço e a natureza são sistemas que se redefinem ao longo do tempo, enquanto o território é o meio (de vida) que se organiza, desorganiza e reorganiza diante dessas permanentes redefinições. Ora, se território é meio, poderia se concluir precipitadamente que território e meio ambiente são a mesma coisa porque não existe meio ambiente independente do território. De fato, não se pode falar de meio ambiente independente de território, mas meio ambiente existe e é diferente de território. Sugeriu-se antes que as noções de territorial e

ambiental fossem consideradas como expressões maiores da totalidade do espaço por serem formas-conteúdo gerais. Embora essa sugestão continue válida, é preciso acrescentar que são formas-conteúdo gerais, mas diferentes entre si. Afinal onde está a diferença?

O próprio Milton Santos dá pistas quando fala em agravos ao meio e em indiferença dos sistemas técnicos para com o meio natural e o meio social. Smith dá pistas quando critica a concepção de “natureza exterior” à sociedade (SMITH, 1988, p.28). Bornheim dá pistas quando se refere aos “processos de manipulação, que tudo pretendem pôr a serviço do homem, encontram sua situação limite na destruição da natureza” (BORNHEIM, 1991, p.33). Serres dá pistas quando vocifera que “o estatuto atual do homem é o de parasita” do hospedeiro por “confundir o uso e o abuso” (SERRES, 1994, p.63,65). Whitehead dá pistas quando se opõe à idéia de natureza mental. Lefebvre dá pistas quando ressalta o homem divorciado da sua própria história. E Castells, apesar do tom áspero sobre o viés naturalizante e a reificação da natureza, também dá pistas ao dizer que problemática ambiental impressiona não só pela “extensão de danos causados ao meio ecológico” como porque “afeta o ser biológico” (CASTELLS, 1983, p.231).

Examinando essas pistas, percebe-se que todas se referem aos efeitos do dualismo das relações homem-natureza. São transformações diagnosticadas devido ao milenar acúmulo de maus tratos do homem à natureza. A noção de ambiental enquanto forma-conteúdo resulta desses efeitos e dessas transformações. Rattner sintetiza seu conteúdo ao dizer:

[...] é possível delimitar o campo da ciência ambiental como o das pesquisas sobre as transformações da ecosfera, seja qual for sua origem, e que afetam a saúde das populações e o desenvolvimento das sociedades humanas. Sua contribuição se estende ao conhecimento dos componentes bio-físico-químicos dos recursos naturais; dos processos e fatores de sua transformação, sejam eles de origem natural ou humana; dos impactos dessas transformações sobre as condições de vida e as ameaças à sobrevivência e, finalmente, à definição de ações e intervenções capazes de modificar ou racionalizar o funcionamento desses processos (RATTNER, 1995, p.47).

O alerta de Milton Santos sobre o perigo do reducionismo de que “o efeito apareça precedendo a causa” (SANTOS, 1995, p.702) quando se fala em meio ambiente e não em meio, pode ser lido como uma confirmação de que o conteúdo do meio ambiente é o próprio efeito. Como tal ele existe e não deve ser confundido com o que o autor denomina de natureza socialmente fragmentada, natureza-espetáculo ou em frangalhos. Tal confusão só pode ser desfeita quando se considera a relação território-meio ambiente e não o meio ambiente isoladamente. Assim, embora ambiental, enquanto conjunto de objetos naturais e artificiais, seja uma manifestação da natureza natural e artificial, não está aí a sua singularidade, pois territorial (ao lado de regional, urbano e rural), também o é. De fato, territorial e ambiental são formas-conteúdo gerais e expressões maiores da totalidade do espaço, porém formas-

conteúdo e expressões diferentes e complementares. Ambiental resulta dos efeitos dos maus tratos do homem à natureza que acontecem em frações do espaço e frações do território. Portanto, ambas as noções existem, uma não substitui a outra, mas não podem ser tratadas em separado. Por esta razão pode-se falar em política ambiental e em política territorial, mas elas devem ser formuladas em conjunto.

Referências Bibliográficas

- BORNHEIM, G. Filosofia e política ecológica. In: Tânia Maciel, O ambiente inteiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.
- CASTELLS, M. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (original de 1972).
- DAHRENDORF, R. Após 1989: moral, revolução e sociedade civil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HARVEY, D. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980 (original de 1973).
- LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1974.
- LEFEBVRE, H. De lo rural a lo urbano. Barcelona; Península, 1978 (texto apresentado em conferência de 1962 e publicado em francês em 1970).
- MARTINS, J.S. As Temporalidades da História na Dialética de Lefebvre. In: José de Souza Martins, Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 15-19.
- RATTNER, H. "Meio ambiente e desenvolvimento: apontamentos para uma perspectiva interdisciplinar. Salvador: UFBA, Cadernos CRH nº 23, jul/dez 1995.
- SANTOS, M. "Society and space: social formation as theory and method". Antipode, vol. 9, nº 1, fevereiro, 1977.
- SANTOS, M. Por uma geografia nova. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- SANTOS, M. Espaço & método. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. "O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil". Revista Espaço & Debates nº 25, 1988 a
- SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988 b.
- SANTOS, M. Alguns problemas da contribuição marxista à geografia. In: Milton Santos (ed). Novos rumos da geografia brasileira. São Paulo: Hucitec, 1988 c (original de 1981).
- SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. "A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. Anales de Geografia de la Universidad Complutense, nº 15, Madrid, 1995.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. "O território e o saber local: algumas categorias de análise". Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIII, n.2, ago-dez 1999.
- SERRES, M. O contrato natural. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- SMITH, N. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- WHITEHEAD, A.N. O conceito de natureza. São Paulo: Martins Fontes, 1994.